

O que o povo chileno tem que fazer para exercer sua soberania? | Alberto Noria Velado

11/11/2019

Há três semanas o Chile vive a maior crise política desde a ditadura, afetando gravemente a ordem pública. Iniciada com o aumento da tarifa dos transportes, a convocatória a saltar roletas do metrô, a partir da sexta-feira, 18 de outubro, se transformou em uma mobilização social permanente com mais de 85% de apoio popular, [segundo pesquisa](#).

Domingo, 20 de outubro, o presidente Sebastián Piñera [declarou guerra](#) em cadeia nacional, e com militares nas ruas, estendeu o toque de recolher a várias regiões. Mas na sexta-feira seguinte, 25 de outubro, cerca de 2 milhões de pessoas tomaram as ruas de todas as cidades, 1,2 milhão no centro de Santiago, [maior manifestação do país](#) desde a ditadura.

Com somente 180 funcionárias e funcionários em todo o país, [o Instituto Nacional de Direitos Humanos](#) (INDH) não consegue cobrir todos os eventos, mas informa que seis mil pessoas foram detidas, sendo mais de 600 crianças e adolescentes, dois mil feridas e 22 mortas. O [jornal New York Times](#) acusou a polícia de mutilar e cegar manifestantes.

De 1990 a 2017, houve 261 pessoas com lesões oculares no mundo devido a projéteis não letais de polícias e forças armadas, incluindo cifras do Iraque, Palestina e América Latina. Em três semanas de protestos, no Chile, 202 pessoas foram vítimas de trauma ocular. Pelo que o [Conselho de Medicina chamou de epidemia](#) e a [ONU pediu o fim dos projéteis](#).

Desrespeitar toque de recolher não é delito na legislação e reunião pacífica é um direito. A maioria das detenções foram arbitrárias, indicando uma violação grave e sistemática de direitos humanos. Em três semanas, o INDH apresentou mais de 200 acusações de tortura, [metade desse tipo de ação em toda sua história](#), sendo 50 por violência sexual.

As Forças Armadas e policiais atacam civis, mas não conseguem proteger o metrô de incêndios criminosos e o comércio de saques massivos. O presidente alega que as violações são casos isolados e foi obrigado a cancelar a organização do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.

Há uma [missão de observação da Alta Comissão de Direitos Humanos da ONU](#), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos [também pediu uma visita](#), entre outras missões de observação da sociedade civil, [como a Anistia Internacional](#). Se investiga se o presidente cometeu violações graves e sistemáticas e crimes de lesa humanidade

Primeiro país a adotar o neoliberalismo, a ditadura civil-militar durou de 1973 a 1990. Privatizou a previdência social, a saúde, a educação e os serviços básicos como água e luz. Após o plebiscito de 1988 que retirou Augusto Pinochet da presidência, ele ainda comandou as Forças Armadas por oito anos, se aposentou e seguiu por quatro anos como senador vitalício.

Os governos posteriores não reverteram os pilares neoliberais da ditadura e, inclusive, avançaram alguns pontos. No seu último mandato, Michele Bachelet realizou um [processo constituinte com assembleias populares](#) e apresentou um [projeto de lei que ficou inconcluso](#). E após a vitória nas urnas, [Piñera ignorou o processo](#).

Hoje em dia, dados oficiais indicam que 20,9% da população chilena vive na pobreza. Estudos apontam que a soma da renda, subtraindo os subsídios do Estado e o custo de vida, a [pobreza alcança a 29,4% da população](#), chegando ao extremo de afetar a 46,1% na região da Araucânia, território ancestral do povo indígena Mapuche.

O modelo de previdência que o Ministro da Economia Paulo Guedes quer implatar no Brasil [paga 80% das aposentadorias abaixo do salário mínimo e 50% abaixo da linha da pobreza](#). Acontece que diferente do Brasil, no Chile não há cobertura de saúde pública universalizada, como Sistema Único de Saúde (SUS) e todas as universidades cobram taxas, portanto são pagas. São [50 anos de desigualdade extrema](#).

Pela primeira vez no Chile, 143 sindicatos, plataformas e movimentos sociais se juntaram na [Unidad Social](#). São movimentos pelo direito à água, à assembleia constituinte, aos direitos das mulheres e migrantes, à educação e à saúde gratuita, à moradia e terra, à justiça e à memória para os crimes da ditadura; contra a previdência privada, aos tratados de livre comércio e aos pedágios.

Os partidos de oposição, que vão da esquerda até a centro-direita, incluindo comunistas, liberais e cristãos, apoiam as demandas por mudanças estruturais e o [Congresso chileno iniciou o trâmite de um projeto de plebiscito](#) para que a população decida por uma nova constituição. Setores da base do governo já admitem essa possibilidade.

Vários partidos apresentaram uma acusação constitucional contra o ex-Ministro do Interior Andrés Chadwick, primo do Presidente, demitido após os protestos. Ainda assim, se discute uma denúncia constitucional contra o próprio Piñera, como responsável pelas violações de direitos humanos ocorridas durante as manifestações.

[Milhares de pessoas realizaram assembleias populares](#) em bairros em várias cidades. [Segundo pesquisa](#), as demandas mais importantes para a população são: 1) previdência e aposentadoria; 2) saúde; 3) educação; e 4) emprego e renda. 83,9% da população está de acordo com a mudança da constituição e 75,7% quer a mudança por intermédio de assembleia nacional constituinte.

Com um “recorde” de somente [9,1% de aprovação](#), o [presidente insiste em criminalizar os protestos](#). Na última quinta-feira, 7 de novembro, convocou o Conselho de Segurança Nacional e anunciou um pacote de medidas de segurança com propostas como lei contra manifestantes que cobrem os rostos e reforço do sistema nacional de inteligência.

Enquanto isso, os partidos de oposição seguem divididos em acusar ou não o Presidente e perdem apoio popular, [conforme pesquisa](#). Mas prefeituras e governos locais ganham apoio popular e a Associação de Municípios do Chile, que reúne 300 dos 345 municípios do país, [convocou uma consulta nacional sobre uma nova constituição](#).

O povo do Chile sofre com a desigualdade extrema e espera mudanças há 30 anos, realizou assembleias populares e encontra-se ao lado dos movimentos sociais se uniram por mudanças estruturais, o Chile vive uma das maiores mobilizações da história. Mas o presidente Piñera não aceita a soberania do povo, prevista no [artigo 5º da Constituição](#), através de eleições e plebiscito.

O que o povo chileno tem que fazer para exercer sua soberania?

*Alberto Noria Velado, advogado chileno.



Compartilhe nas redes: